

CONGRESSO

Base aliada está dividida e aumenta a chance de aprovação da Emenda 29, que destina 10% do Orçamento ao setor. O Planalto não quer

Briga por verbas para a saúde

LUIZ CARLOS AZEDO

DA EQUIPE DO CORREIO

Médicos e sindicalistas da base do governo vão dar muito trabalho ao Palácio do Planalto a partir da próxima semana, pois já se mobilizam para aprovar na Câmara dois projetos que assombram o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Um é a regulamentação da Emenda 29, que destina 10% do Orçamento da União aos gastos com a saúde, de autoria do senador Tião Viana (PT-AC). Outro é o fim do “fator previdenciário” e a vinculação dos aumentos das aposentadorias ao reajuste do salário mínimo, de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS). Os dois petistas, depois de conseguirem amplo apoio no Senado, estimulam a rebelião da base governista na Câmara para aprovar definitivamente o projeto. O ministro de Relações Institucionais, José Múcio Monteiro (PTB-PE), já mandou recado de que o presidente Lula não aceita os dois projetos.

O presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia (PT-SP), que é médico, não esconde a simpatia pelo projeto e já anunciou que pretende promover um amplo debate sobre o assunto. “O problema não é a Emenda 29, é encontrar um fonte de receita para financiar a saúde”, pondera outro petista, o deputado Cândido Vaccarezza (SP), que também é médico. A Frente Parlamentar da Saúde é o maior agrupamento parlamentar da Casa, exercendo forte pressão sobre o governo, devido ao grande número de parlamentares ligados ao chamado “partido sanitaria”. “Sou médico e tenho compromisso com a categoria”, afirma o governista Geraldo Resende (PMDB-MS). Outros deputados da base, como Manato (PDT-ES) e Darcísio Perondi (PMDB-RS), que também são médicos, já avisaram que votarão a favor da emenda.

Regulamentação

“A opinião de que o Sistema Único de Saúde (SUS) não funciona por ter problemas de gestão é uma falácia. O problema do SUS tem a ver com falta de financiamento. É um subfinanciamento. É importante que a Câmara dos Deputados aprove a regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, que prevê um acréscimo de R\$ 23 bilhões ao orçamento do setor até 2011”, dispara o deputado petista Chico D’Angelo (RJ). O presidente da Frente Parlamentar da Saúde, deputado Rafael Guerra (PSDB-MG), quer que a matéria seja apreciada na primeira semana de maio: “A base está dividida, temos chance de aprovar a regulamentação”, comemora o tucano.

Em outro flanco da batalha, o deputado Paulinho da Força (PDT-SP) aposta na aprovação do projeto do senador Paulo Paim, que vincula o aumento das aposentadorias ao salário mínimo. Presidente da Força Sindical, ele admite estudar mais sobre a idade mínima necessária para se aposentar para chegar a um acordo com o governo, mas critica a manutenção do fator previdenciário, sem concessão de reajuste equiparado ao mínimo para o aposentado, como quer o governo. Por esse sistema, as aposentadorias serão cada vez menores, argumenta o sindicalista. “Nós vamos votar a favor da mudança porque a economia está crescendo e a Previdência arrecada mais”, também avisa o líder do PSDB, José Aníbal (SP).

José Varella/CB - 15/12/03



VIANA (E) E PAIM: PROJETOS PETISTAS QUE CONTRARIAM O PLANALTO